

Presidente

Secretária

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2013, NA SALA DE REUNIÕES DO
MUNICÍPIO DE LAMEGO, NOS TERMOS DO ARTIGO 48º, DA LEI N.º
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores Vereadores Manuel António Rebelo Ferreira, José Fernandes Pereira, Armínio José Teixeira Mendes, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, e Isolina Augusta Rodrigues Guerra.

AUSÊNCIAS

Não se verificou nenhuma ausência.

SECRETARIOU

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD 02)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às dez horas e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração: *“Em nome de uma cultura e convivência democrática, que penso ser importante defender e praticar, felicitar o Presidente da Câmara, pela vitória obtida no dia 29 de setembro, na sua pessoa e estender essa felicitação ao restante elenco que o acompanhou, à coligação que suportou a sua candidatura, aos membros da Assembleia Municipal e aos Presidentes de Junta.*

Presidente

Secretária

Uma palavra também de apreço para todos aqueles que deixaram de exercer a sua atividade nos órgãos autárquicos. O seu trabalho de serviço público foi com certeza essencial para o desenvolvimento do bem-estar coletivo e para a melhoria das condições de vida das pessoas.

Os lamecenses não nos conferiram a possibilidade de conduzir os destinos do município. Contudo, houve claramente uma recuperação e uma retoma do PS, o que demonstra um aumento da confiança dos lamecenses num novo projeto autárquico.

Por isso, vamos ter um comportamento de oposição responsável e construtiva. Vamos contribuir com a nossa ação, para aumentar a colegialidade do órgão, bem como para a transparência das decisões, para um desenvolvimento sustentado e integrado do concelho e para uma gestão autárquica participada e inovadora.

Com o nosso comportamento o objetivo será sempre o de prosseguir da forma mais produtiva e eficaz os interesses do Concelho de Lamego.

Por fim, o senhor Vereador Manuel António Rebelo Ferreira referiu ter, ainda, duas questões para colocar ao senhor Presidente da Câmara:

Primeiro, referiu que sabe que os processos administrativos são complexos e que nem sempre é possível em tempo útil enviar a documentação necessária para apreciação. Contudo, pretende sensibilizar o senhor Presidente da Câmara e os serviços para que sempre que possível a documentação chegue a tempo, de modo a permitir fazer uma análise criteriosa e pertinente. Só com a obtenção da informação atempadamente é possível colaborar de modo consciente e responsável.

De seguida, realizou, ainda, um pedido de esclarecimento acerca do funcionamento do protocolo da Câmara em geral e se os vereadores foram convidados para o “Dia do Exército”, que vai decorrer dentro de dias.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** proferiu o seguinte: “*Em relação ao evento do “Dia do Exército” disse que tem conhecimento que a lista do protocolo municipal já foi fornecida há algum tempo, mas mandarei os serviços averiguar essa situação. Em relação, ao protocolo da Câmara, seguramente que sim, os senhores Vereadores irão receber toda a informação de todos os eventos do Município de Lamego, assim como receberão todos os convites que, para esse*

Presidente

Secretária

efeito, forem remetidos à Câmara, ou seja, as entidades que convidem todos os vereadores, estes receberão os convites. No entanto, havendo entidades que convidem apenas o Presidente da Câmara ou o vereador de um pelouro específico, obviamente só irão as pessoas convidadas, não sendo replicados os convites de forma automática.”

De seguida, interveio o senhor **Vereador Armínio José Teixeira Mendes** para informar o senhor Presidente da Câmara Municipal de que pretende estar presente nas sessões da Assembleia Municipal e que, nos termos do artigo 48 da Lei 169/99, de 18 de setembro, pretende intervir sempre que houver ofensa da sua honra.

Referiu, ainda, que gostaria de conhecer os gabinetes e as instalações do edifício da Câmara, bem como os respetivos funcionários, para facilitar no acesso à documentação sempre que for necessário, solicitando ao senhor Presidente da Câmara, se possível, uma visita às respetivas divisões.

Por fim, questionou o senhor Presidente da Câmara, no que toca ao disposto no artigo 42, ponto 7, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que refere que deve ser disponibilizado a todos os vereadores os recursos físicos, materiais e humanos para o exercício do respetivo mandato.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondendo ao senhor Vereador Armínio José Teixeira Mendes, afirmou, informando que ele próprio o defenderá na defesa da sua honra na assembleia municipal se isso vier a acontecer. Quanto às instalações da Câmara fica a visita marcada para o dia da próxima reunião, ou seja, dia 29 de outubro.

No que refere à disponibilidade de um espaço físico, ou seja, de um espaço próprio para os senhores Vereadores da oposição, afirmou que a Câmara não dispõe de mais espaço, tendo já no seu mandato conseguido uma sala de reuniões, que não existia anteriormente. Informando, ainda, que os processos, ou documentação, estarão disponíveis através do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, na Divisão Administrativa e de Coordenação.

ORDEM DO DIA

Presidente

Secretária

01-ASSUNTO: INFORMAÇÃO DA DECISÃO E DESIGNAÇÃO DE DOIS VEREADORES A TEMPO INTEIRO (COD. 14)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao Executivo Municipal que, no uso da competência própria que lhe é conferida pelo disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 58º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, decidiu pela existência de dois vereadores a tempo inteiro, e designou, para o efeito, os senhores Eng. José Fernandes Pereira e Jorge Guedes Osório Augusto, para o exercício de funções na Câmara Municipal de Lamego.

Deliberação: O Executivo tomou conhecimento.

02-ASSUNTO: INFORMAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DO VEREADOR EM REGIME DE TEMPO INTEIRO, PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE VICE-PRESIDENTE (COD. 14)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao Executivo Municipal que, no uso da competência própria que lhe é conferida pelo disposto n.º 3 do artigo 57º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, designo vice-presidente o vereador em regime de tempo inteiro, senhor Eng. José Fernandes Pereira, a quem, além das funções que lhe estão distribuídas, cabe substituir-me nas minhas faltas e impedimentos.

Deliberação: O Executivo tomou conhecimento.

03-ASSUNTO: PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE MAIS UM VEREADOR A MEIO TEMPO (COD. 14)

Presente a proposta de deliberação n.º 483/14/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que, em resultado das eleições autárquicas decorridas no passado dia 29 de setembro, verificou-se que os Lamecenses deram um voto de responsabilidade à equipa e ao projeto da coligação “Todos Juntos Por Lamego”, conferindo-lhe uma maioria de 4 mandatos na Câmara municipal.

Considerando a dimensão e a ambição dos projetos de iniciativa municipal em curso no Concelho de Lamego;

Presidente

Secretária

Considerando as lacunas e as debilidades da estrutura municipal ao nível dos cargos de chefia, não se encontrando providos os dois lugares de directores de departamento e um lugar de chefe de divisão;

Considerando as novas competências que têm vindo a ser transferidas pelo Governo da administração central para os Municípios;

Considerando o surgimento de múltiplas participações do Município de Lamego em associações, fundações e empresas municipais ou multimunicipais onde tem responsabilidades de gestão, assumidas pelo Presidente da Câmara ou por vereadores, em regime de acumulação;

Considerando a complexidade da gestão municipal e a necessidade de reorganização da estrutura orgânica do município para responder ao previsto na lei, mas também aos desígnios e objetivos propostos ao eleitorado e por este sufragados;

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 58º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a fixação de mais um cargo de vereador, em regime de meio tempo, para desempenhar funções na Câmara Municipal de Lamego.

Deliberação: Aprovado por maioria, com a abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração: *“É óbvio que compete à câmara municipal, sob proposta do respetivo presidente, fixar o número de vereadores em regime de tempo inteiro e meio tempo que exceda os limites mencionados no n.º 1 do artigo 58º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Assim, os vereadores do Partido Socialista admitem como natural e legítima a proposta de fixação de um vereador em regime de meio tempo, para além dos limites estabelecidos no n.º 1 do referido preceito legal.*

Todavia, tomam como posição a abstenção e chamam a atenção para o risco que envolve esta proposta atendendo às dificuldades financeiras do município e à crise financeira que atinge o País. Contudo, esperam que com a opção de mais um vereador a meio tempo, a atividade autárquica possa beneficiar desse facto e seja mais uma oportunidade para que os serviços prestados aos munícipes passem a ser mais eficazes e eficientes.”

Presidente

Secretária

04-ASSUNTO: INFORMAÇÃO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE PELOUROS (COD. 14)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao Executivo Municipal que, no uso da competência própria que lhe é conferida pelo disposto no artigo 36º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, procedeu à distribuição de pelouros nos seguintes termos:

Presidente – Francisco Manuel Lopes

- Serviços municipais de proteção civil
- Recursos humanos
- Provedor do cidadão com deficiência
- Gabinete de comunicação
- Gabinete de apoio às freguesias
- DASU - Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos (parques, cemitérios e jardins; parque biológico e canil municipal; limpeza urbana e higiene pública; transportes públicos urbanos e transportes escolares; gestão de redes de água, saneamento e eletricidade; manutenção de vias de comunicação e trânsito; manutenção de edifícios e equipamentos; oficinas municipais)
- Representação do Município (Resinorte, CIM Douro, Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico, Associação BeiraDouro, Regiefrutas, Douro Alliance, Associação de Municípios Portugueses do Vinho e outras)

José Fernandes Pereira - Vice-Presidente

- Gabinete de auditoria interna
- Gabinete de fiscalização
- Serviços de Veterinária Municipal
- Gabinete de desenvolvimento económico e turismo (apoio ao empreendedorismo, feiras, mercados, publicidade, turismo, festas, eventos, tradições)
- Gestão de fundos estruturais, programa FINICIA e outros incentivos
- Conselho económico e social
- Cinegética e assuntos florestais
- Divisão de Finanças e Património
- Divisão de Administração Geral

Presidente

Secretária

Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira - Vereadora da Cultura, Educação e Desporto

- DEASC - Divisão de Educação, Ação Social e Cultural (cultura; educação e formação; bibliotecas, arquivos e documentação; ação social - CLAS, gabinete de apoio ao emigrante, mediador da comunidade cigana, habitação social e fundo de solidariedade e outros assuntos sociais)
- Gabinete da CPCJ
- Cantina municipal
- Desporto e Juventude; Loja ponto já; espaço internet Lamego Digital; Centro Europe Direct; Conselho Municipal da Juventude

Jorge Guedes Osório Augusto - Vereador das Obras e Urbanismo

- DOU - Divisão de Obras e Urbanismo (planeamento urbano; obras particulares e loteamentos; reabilitação urbana; obras municipais)

Deliberação: O Executivo tomou conhecimento.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração: *“Felicitó o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores com pelouros, pelas funções que lhes estão a ser confiadas e espera que a sua ação seja o mais proveitosa possível e uma mais-valia na satisfação das necessidades dos nossos concidadãos.”*

05-ASSUNTO: DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE DA CÂMARA (**COD. 14**)

Presente a proposta de deliberação n.º 480/14/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal que refere que, considerando que cada vez mais devem ser rápidas e oportunas as decisões municipais, tendo em conta o interesse geral do município e dos munícipes em especial;

Considerando que a desburocratização é um objetivo a atingir pelos serviços municipais;

Considerando, ainda, que a Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, permite a delegação de competências do seu presidente e deste nos vereadores;

Considerando, finalmente, que para deliberação em reunião de câmara devem ser reservados os atos mais relevantes em termos políticos, possibilitando a ampla discussão e definição estratégica da gestão autárquica;

Presidente

Secretária

Propõe que, ao abrigo do disposto no artigo 34º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, delegue no seu presidente, com possibilidade de subdelegação em qualquer dos vereadores, as seguintes competências da Câmara Municipal:

Competências materiais:

- d) Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações;
- f) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba;
- g) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG;
- h) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções;
- l) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei;
- q) Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade;
- r) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;
- t) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;
- v) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;

Presidente

Secretária

- w) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;
- x) Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos;
- y) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;
- bb) Executar as obras, por administração direta ou empreitada;
- cc) Alienar bens móveis;
- dd) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços;
- ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob a administração municipal;
- ff) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;
- gg) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;
- ii) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos;
- jj) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;
- kk) Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;
- ll) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;
- mm) Designar os representantes do município nos conselhos locais;
- nn) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;
- pp) Nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados;
- qq) Administrar o domínio público municipal;

Presidente

Secretária

- rr) Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos;
- ss) Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia;
- tt) Estabelecer as regras de numeração dos edifícios;
- uu) Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município;
- ww) Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município;
- xx) Deliberar, no prazo máximo de 30 dias, sobre os recursos hierárquicos impróprios das deliberações do conselho de administração dos serviços municipalizados;
- yy) Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição;
- zz) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município.

Competências de funcionamento:

- b) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal;
- c) Proceder à marcação e justificação das faltas dos seus membros.

Deliberação: Aprovado, por maioria, com a abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“No que diz respeito à delegação de competências da Câmara no Presidente da Câmara Municipal, os vereadores do Partido Socialista abstêm-se. Embora considerem que a delegação é legítima e corresponde a uma opção estrutural para o funcionamento do executivo, preferiam que tivesse sido adotada uma perspetiva mais minimalista em relação à delegação de competências da Câmara no Presidente.*

Se assim fosse a gestão do município seria mais partilhada com todos os membros do executivo camarário e não só com alguns. Os assuntos mais importantes do município teriam o envolvimento de todos e não seriam alvo de uma decisão isolada do Presidente da Câmara ou dos seus vereadores e que só à posteriori informa o órgão executivo. Estamos em crer que este procedimento obrigaria a um comportamento de maior coresponsabilidade e à constituição de

Presidente

Secretária

maiores consensos. A abstenção resulta, ainda, do facto de uma posição contrária tomada pelos vereadores do PS em nada afetar a decisão final."

06-ASSUNTO: DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE PARA AUTORIZAR DESPESAS (COD. 14)

Presente a proposta de deliberação n.º 481/14/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal que refere que, dispõe o artigo 18º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que:

"São competentes para autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços as seguintes entidades:

a) Até 149.639,37, os presidentes de câmara ...;

b) Sem limite, as câmaras municipais, ...;"

O artigo 29º, n.º 2 do citado diploma refere que:

"As competências atribuídas pelo presente diploma às câmaras municipais, ... podem ser delegadas nos seus presidentes até 748.196,85"

Determina o artigo 4º do citado diploma legal que:

"São aplicáveis as empreitadas de obras públicas, com as necessárias adaptações e em tudo o que não contrarie o regime do respetivo contrato administrativo:

b) Às entidades referidas no artigo 2º do presente diploma, os artigos 17º, 18º, 21º, 22º, 27º a 29º, 60º e 63."

O Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho foi revogado pelo artigo 14º, n.º 1, alínea f) do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, diploma que aprovou o Código dos Contratos Públicos, com exceção dos artigos 16º a 22º e 29º.

Assim sendo, no âmbito do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com os artigos 18º, n.º 1, alínea b) e 29º, n.º 2 do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho, propõe à Câmara Municipal que seja delegada competência no seu presidente, para autorizar despesas, no âmbito da realização de despesas públicas em locação, aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação, aquisição de bens móveis e de serviços e empreitadas de obras públicas até ao valor de 748.196,85€.

Deliberação: Aprovado, por maioria, com a abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista.

Presidente

Secretária

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“No que diz respeito à delegação de competências da Câmara no Presidente da Câmara Municipal, os vereadores do Partido Socialista abstêm-se. Embora considerem que a delegação é legítima e corresponde a uma opção estrutural para o funcionamento do executivo, preferiam que tivesse sido adotada uma perspetiva mais minimalista em relação à delegação de competências da Câmara no Presidente.*

Se assim fosse a gestão do município seria mais partilhada com todos os membros do executivo camarário e não só com alguns. Os assuntos mais importantes do município teriam o envolvimento de todos e não seriam alvo de uma decisão isolada do Presidente da Câmara ou dos seus vereadores e que só à posteriori informa o órgão executivo. Estamos em crer que este procedimento obrigaria a um comportamento de maior coresponsabilidade e à constituição de maiores consensos. A abstenção resulta, ainda, do facto de uma posição contrária tomada pelos vereadores do PS em nada afetar a decisão final.”

07-ASSUNTO: DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DE URBANIZAÇÃO E DE EDIFICAÇÃO (COD. 14)

Presente a proposta de deliberação n.º 482/14/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal que refere que, no âmbito da Lei n.º 60/2007, de 4 de setembro e nos termos do artigo 34º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sejam delegadas competências, no âmbito do RJUE, no Presidente da Câmara, com poderes para subdelegar, de acordo com o quadro anexo.

Deliberação: Aprovado, por maioria, com a abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“No que diz respeito à delegação de competências da Câmara no Presidente da Câmara Municipal, os vereadores do Partido Socialista abstêm-se. Embora considerem que a delegação é legítima e corresponde a uma opção estrutural para o funcionamento do executivo, preferiam que tivesse sido adotada uma perspetiva mais minimalista em relação à delegação de competências da Câmara no Presidente.*

Presidente

Secretária

Se assim fosse a gestão do município seria mais partilhada com todos os membros do executivo camarário e não só com alguns. Os assuntos mais importantes do município teriam o envolvimento de todos e não seriam alvo de uma decisão isolada do Presidente da Câmara ou dos seus vereadores e que só à posteriori informa o órgão executivo. Estamos em crer que este procedimento obrigaria a um comportamento de maior coresponsabilidade e à constituição de maiores consensos. A abstenção resulta, ainda, do facto de uma posição contrária tomada pelos vereadores do PS em nada afetar a decisão final.”

08-ASSUNTO: PERIODICIDADE DAS REUNIÕES DE CÂMARA (COD. 14)

Presente a proposta de deliberação n.º 485/14/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara Municipal que se mantenha quinzenal a periodicidade das reuniões de Câmara, realizando-se às segundas-feiras, pelas 9.30 horas, sendo pública a última reunião a realizar em cada mês.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

09-ASSUNTO: REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

Presente a proposta de deliberação n.º 484/14/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara Municipal que seja aprovado o novo Regimento da Câmara Municipal de Lamego.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, com as alterações introduzidas.

10-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE PARECER PRÉVIO DA CÂMARA NA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (COD. 27)

Presente a proposta de deliberação n.º 487/27/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, a qual refere que considerando que o n.º 4 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013 estabelece que carece de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria do referido membro do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de fevereiro,

Presidente

Secretária

alterada pelas Leis n.os 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;

b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica. No n.º 10 do mesmo artigo estatuiu-se que *“Nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 5, bem como da alínea b) do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 -B/2010, de 28 de abril”*.

Ao nível da Administração Central, foi publicada no Diário da República de dia 17 de janeiro a Portaria n.º 16/2013, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 -B/2011, de 30 de dezembro, e nos n.os 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.os 64 -A/2008, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64 -B/2011, de 30 de dezembro e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

A aludida portaria classifica como consultoria técnica designadamente a jurídica, arquitetónica, informática ou de engenharia.

Continua a não estar publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, o que faz com que, para a Administração Local, não exista regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previsto no n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 55 -A/2010, de 31 de dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de fevereiro, com a redação conferida pela Lei n.º 3 -B/2010, de 28 de abril;

Presidente

Secretária

Apesar de tal ausência de regulamentação para a Administração Local poder conduzir à inexigibilidade de adotar o regime ali previsto, entendemos que os contratos celebrados ou renovados no decorrer de 2013 devem estar sujeitos a parecer prévio do Órgão Executivo de carácter concreto ou genérico, ainda que os termos específicos do mesmo não estejam expressamente estabelecidos.

No âmbito do Município de Lamego deve garantir-se que são criados instrumentos destinados a assegurar eficiência e eficácia na gestão em matéria de contratação pública, o que se não conseguirá sem que, entre outras medidas, à semelhança do que sucedeu para a Administração Central com a Portaria n.º 16/2013, de 17 de janeiro, se estabeleça uma autorização genérica para efeitos de parecer prévio vinculativo.

Tal autorização genérica, não deixando de ter tratamento uniforme com o estabelecido para a Administração Central, deverá refletir a realidade municipal, desde logo no atinente ao universo de contratação necessária para o assegurar do normal funcionamento dos serviços, bem como ao cumprimento das metas consagradas em orçamento e plano de atividades para 2013.

Face aos considerandos enunciados propõe que, face ao exposto, e ao abrigo das disposições legais supra citadas, a Câmara Municipal delibere:

1. Para efeitos do previsto no n.º 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 30 de dezembro, e nos n.os 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com a redação conferida pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, emitir parecer prévio genérico favorável à celebração e renovação de contratos de prestação de serviços, nos casos seguintes:

a) Sempre que a adjudicação ocorra nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, ou ainda nos termos do previsto no artigo 128.º do mesmo diploma legal;

b) Independentemente do valor do contrato, sempre que, cumulativamente, os serviços a contratar não configurem a prestação de trabalho subordinado, se destinem à execução de ações para as quais já esteja garantido financiamento alheio no âmbito de programa específico e já tenham sido consagradas em anteriores deliberações da Câmara, designadamente nos casos dos projetos integrados no QREN e contratos programa;

Presidente

Secretária

2. A contratação a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior não poderá fazer-se sem expressa confirmação de cabimento orçamental a efetuar pela Divisão de Finanças e Património, depois de verificado o cumprimento das demais disposições legais aplicáveis.

3. Até ao término do mês de janeiro de 2014 deverá a lista dos contratos celebrados ao abrigo do disposto nos números anteriores, com expressa referência aos respetivos valores de adjudicação e cabimento orçamental, ser disponibilizada aos membros do Órgão Executivo.

Deliberação: Aprovado, por maioria, nos termos propostos, com as abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“No que diz respeito à delegação de competências da Câmara no Presidente da Câmara Municipal, os vereadores do Partido Socialista abstêm-se. Embora considerem que a delegação é legítima e corresponde a uma opção estrutural para o funcionamento do executivo, preferiam que tivesse sido adotada uma perspetiva mais minimalista em relação à delegação de competências da Câmara no Presidente.*

Se assim fosse a gestão do município seria mais partilhada com todos os membros do executivo camarário e não só com alguns. Os assuntos mais importantes do município teriam o envolvimento de todos e não seriam alvo de uma decisão isolada do Presidente da Câmara ou dos seus vereadores e que só à posteriori informa o órgão executivo. Estamos em crer que este procedimento obrigaria a um comportamento de maior coresponsabilidade e à constituição de maiores consensos. A abstenção resulta, ainda, do facto de uma posição contrária tomada pelos vereadores do PS em nada afetar a decisão final.”

11-ASSUNTO: NOMEAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELAS EXECUÇÕES FISCAIS (COD 14)

Presente a proposta de deliberação n.º 486/14/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara Municipal que seja nomeado como responsável pelas execuções fiscais o Chefe da Divisão Administrativa e de Coordenação, Dr. Luís Carlos Pereira da Silva.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

Presidente

Secretária

12- ASSUNTO: REUNIÃO ORDINÁRIA - MARCAÇÃO DE DATA (COD 14)

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs verbalmente que a próxima reunião de Câmara seja realizada no dia 29 de novembro do corrente mês, momento a partir do qual as reuniões passarão a ser quinzenais, tal como previsto no ponto desta ata, referente à periodicidade das reuniões de Câmara.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

13-ASSUNTO: CONTROLO PÚBLICO DA RIQUEZA (COD 03)

Nos termos e para efeitos do disposto na Lei n.º 4/83, de 2 de abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 38/83, de 25 de outubro, Lei n.º 25/95, de 18 de agosto, Lei n.º 19/2008, de 21 de abril, Lei n.º 30/2008, de 10 de julho e Lei n.º 38/2010, de 2 de setembro, o senhor Presidente da Câmara alertou os atuais membros do Executivo para a necessidade de darem cumprimento às disposições legais ali referidas, sobretudo no que se refere às disposições contidas nos artigos 1.º, 2.º e 3.º.

Deliberação: O Executivo tomou conhecimento.

14-ASSUNTO: REGIME JURÍDICO DE INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS DOS TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS E ALTOS CARGOS PÚBLICOS (COD 14)

Para efeitos do disposto na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 39-B/94, de 27 de dezembro, (Declaração de Retificação n.º 2/95, de 15 de abril), Lei n.º 28/95, de 18 de agosto, Lei n.º 12/96, de 18 de abril, Lei n.º 42/96, de 31 de agosto, Lei n.º 12/98, de 24 de fevereiro, Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, Lei n.º 30/2008, de 10 de julho, e Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, o senhor Presidente alertou os atuais membros do Executivo para a necessidade de darem cumprimento às disposições legais ali referidas, sobretudo os designados para exercerem funções em regime de tempo inteiro.

Deliberação: O Executivo tomou conhecimento.

15-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Presidente

Secretária

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

16-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas e quinze minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária